



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260610PE00021

ÓRGÃO REALIZADOR DO CERTAME:

Prefeitura Municipal de Picuí
Rua Antônio Firmino – Centro Administrativo, 348 - Monte Santo - Picuí - PB
CEP: 58187-000 - Tel.: (83) 9.2001-3840 – Ramal 34
Aquisição

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE PICUI – PREFEITURA MUNICIPAL, com sua Sede no Centro Administrativo Municipal localizado à Rua Antônio Firmino, nº 348, Monte Santo, Picuí – Paraíba, doravante denominado simplesmente ORC e que neste ato é também o Órgão Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar através do Pregoeiro Oficial, assessorado por sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 008/2026, emanada do Excelentíssimo Senhor Prefeito Constitucional de Picuí, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 11.488/2007, Lei Complementar nº 123/2006 e dos Decretos Municipais nº 709/2021, 893/2021 e 894/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital.

ÓRGÃO INTERESSADO:	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:	13/07/2026– 09:00 h
DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS:	16/07/2026– 08:55 h
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS – SESSÃO PÚBLICA:	16/07/2026– 09:00 h
LOCAL:	www.licitapicui.com.br
MODO DE DISPUTA	ABERTO E FECHADO

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: www.licitapicui.com.br

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:

Endereço: Setor de Licitação, Rua Antônio Firmino, nº 348, Monte Santo, CEP: 58.187-000 - Picuí – Paraíba
Pregoeiro: DIEGO RAGNER SANTOS DANTAS.
E-mail: pmp.cpl@picui.pb.gov.br
Telefone: (83) 3371-2126 – Ramal: 34

1. DO OBJETO.

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a formação **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, DE FORMA PARCELADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME**





ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. **O critério de julgamento adotado será o menor preço de cada item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS.

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO.

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no www.licitapicui.com.br que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Picuí-PB, no sítio www.licitapicui.com.br;

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no www.licitapicui.com.br e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no www.licitapicui.com.br.

4.2. Não será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, atestada através de declaração emitida pelo licitante.

4.2.1. O tratamento favorecido não será aplicado, no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, bem como, no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);





4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se encontrem, ao tempo da licitação, impossibilitados de participarem do certame em decorrência de sanção que lhe foi imposta ou que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3.7. Autores do anteprojeto, projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.8. Empresa, isolada ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.9. Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do ORC ou com agente público que desempenhe função neste certame ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.10. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.3.11. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.12. Empresas consorciadas que estejam, na mesma licitação, participando de mais de um consórcio ou de forma isolada.

4.4. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, desde que apresente:

4.4.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

4.4.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

4.4.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado.

4.5. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, O LICITANTE APRESENTARÁ ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo não impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;





4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme anexo III.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

5.3.1. A condição de beneficiária do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - Lei Complementar nº 123/2006 e nº 147/2014, se dará através da apresentação de CERTIDÃO SIMPLIFICADA de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, compatível com o último balanço registrado, expedida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO da Sede da Empresa, nos termos da Instrução Normativa nº 103/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.





6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.1.5. Declaração expressa de que os preços serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de validade da proposta.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (**SESSENTA**) DIAS, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. Igualmente serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.

7.2.3. Caso o pregoeiro encontre indícios de inexequibilidade de preços, deverá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta, requerendo cópia de notas fiscais de aquisição do bem por parte do licitante datadas de, no máximo, 60 (sessenta) dias do dia de realização do certame.

7.2.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.





7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao percentual de desconto superior último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (UM CENTAVO)**.

7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item supra, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida no item 7.12, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.14. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, sendo registrada em campo próprio do sistema.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.





7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Picuí-PB, <http://www.licitapicui.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, considerado o valor unitário de cada item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.22. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.23. Nas condições mencionadas acima, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, **por item**, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação a produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.28. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.29.1. Empresas estabelecidas no território do estado da Paraíba;

7.29.2. Empresas brasileiras;

7.29.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.29.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.





7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) minutos, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios, sem margem de lucro ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, bem como que se enquadre nas hipóteses estabelecidas na Lei 14.133/2021.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.





8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. Para a habilitação, a empresa vencedora deverá apresentar uma via dos documentos abaixo discriminados, inseridos no sistema até a abertura da sessão pública, no campo adequado para tal, disponível no site www.licitapicui.com.br.

9.1.1 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

9.1.2 Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados com impressão apenas no anverso(frente) das folhas, não sendo aceitas quaisquer impressões no verso das folhas.

9.1.2.1. O descumprimento do item 9.1.2. não será motivo de inabilitação do proponente.

9.1.3. Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será considerada como de 90 (noventa) dias entre a data de sua expedição e a da abertura do certame.

9.1.4. Os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada por tabelião por força de lei ou a publicação em órgão da imprensa na forma da lei.

9.1.5. As autenticações poderão ser feitas perante agente da Administração, mediante apresentação de original, ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

9.1.6. Na hipótese da apresentação de documentos originais, estes serão anexados ao processo licitatório.

9.1.7. Deverá ser apresentada pelos licitantes declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.1.8. Também deverá ser apresentada pelos licitantes declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

9.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.2.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado da documentação de identificação civil de seu(s) representante(s) legal(is);

9.2.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, acompanhado da documentação de identificação civil de seu(s) representante(s) legal(is);

9.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado da documentação de identificação civil de seu(s) representante(s) legal(is);





9.2.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência, acompanhado da documentação de identificação civil de seu(s) representante(s) legal(is);

9.2.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores e respectiva documentação de identificação civil;

9.2.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971, acompanhado da documentação de identificação civil de seu(s) representante(s) legal(is);

9.2.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, acompanhado da documentação de identificação civil de seu(s) representante(s) legal(is);

9.2.8. Alvará de Funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal da Sede da licitante;

9.2.8.1. Fica dispensada da apresentação do Alvará de Funcionamento a licitante cuja atividade esteja relacionada no Anexo I da Resolução nº 51, de 11/06/2019 que versa sobre a definição de baixo risco para fins da Medida Provisória nº 881, de 30/04/2019, com suas alterações posteriores.

9.2.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.3. **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

9.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio e/ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto a ser contratado;

9.3.3. Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.3.4. Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.3.5. Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.3.6. Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.8. Declaração comprobatória de cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

9.3.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.





9.4. **HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

9.4.1. Certidão Negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.4.2. Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa.

9.4.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

9.4.2.2. No caso de empresa constituída há menos de 2 (dois) anos, a apresentação do Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis restringir-se-á ao último exercício social.

9.4.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.4.2.4. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.4.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.4.3.1. Em se tratando de pessoa jurídica participante da licitação em consórcio, os índices deverão ser superiores a 1,3 (um vírgula três), em obediência ao disposto no art. 15, § 1º, da Lei 14.133/2021.

9.4.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), com exceção das empresas em consórcio que, nesta hipótese, apresentarem resultado inferior ou igual a 1,3 (um vírgula três), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.5. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E TÉCNICO-OPERACIONAL:**

9.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens ou serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

9.5.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito ao fornecimento de produto ou serviços compatíveis/similares com o objeto da presente licitação.

9.5.2. Alvará Sanitário/Licença Sanitária concedida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

9.5.3. Prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial (quando o objeto da licitação necessite a exigência de documentos específicos em razão de sua especialidade);

9.5.4. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;





9.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.6.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.7. Em obediência ao Acórdão TCU 1211/2021, na ausência de documentos exigidos para a habilitação no certame, fica o pregoeiro autorizado a conceder prazo para que o licitante apresente exclusivamente documentos preexistentes a sessão ou meras declarações.

9.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.8.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, **NO PRAZO DE 5 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.8.2. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.11. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.12. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.11.1. A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, e, se houver dúvida quanto à sua autenticidade, também poderá ser verificada pelo pregoeiro por outros meios em direito admitido.

9.11.2. O pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação pela licitante, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras da Prefeitura Municipal de Picuí-PB e nos seguintes cadastros:

9.11.2.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.11.2.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);





9.11.2.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>);

9.11.2.4. Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>).

9.11.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

9.11.4.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade/autenticidade do documento digital e desde que eles não tenham nenhuma forma de conferir sua autenticidade digitalmente/eletronicamente.

9.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.13.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.14. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA.

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 03 (três) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, sendo permitida a assinatura digital eletrônica dos documentos nos termos da lei, devendo conter em anexo fotografia da fachada central da sede da empresa com indicação da localização geográfica através do google maps.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e para fins de aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.





10.7. O não envio da proposta final, no prazo solicitado, desclassificará o licitante no certame.

11. DOS RECURSOS.

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de trinta minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará à preclusão desse direito.

11.2. Havendo intenção recursal, o licitante deverá, no prazo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS**, apresentar razões recursais por escrito, contado da data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação/inabilitação/julgamento, dirigidas à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida.

11.2.1. Apresentadas as razões recursais pelo recorrente, o(s) recorrido(s) será(ão) intimado(s) para apresentar(em) contrarrazões também pelo sistema eletrônico, no prazo de **3 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** a contar da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição de recurso.

11.3. Com ou sem as contrarrazões, a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida poderá reconsiderar fundamentadamente sua decisão. Caso não o faça, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos, ouvida a Procuradoria Jurídica Municipal.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA.

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no CADASTRO DO PORTAL DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI-PB, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso ou reconsidere sua decisão pela inabilitação/desclassificação do licitante, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.





15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de publicação de sua convocação, prorrogável 1 (uma) vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, cujo prazo de vigência será de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no mesmo prazo, a contar da data de seu recebimento.

15.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16. DO GERENCIAMENTO DO SISTEMA.

16.1. A administração e os atos de controle da ata de registro de preços decorrente da presente licitação serão do ORC, através da **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**, atuando como Gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

16.2. Caberá ao gerenciador a realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação de vantajosidade, acompanhando os preços praticados para os respectivos itens registrados, nas mesmas condições ofertadas, para fins de controle e, conforme o caso, fixação do valor máximo a ser pago para a correspondente contratação.

17. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

17.1.A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada:

17.1.1. Pelo ORC, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle da Ata de Registro de Preços, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

17.1.2. Por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes do presente certame, atendidos os requisitos deste instrumento convocatório, que fizerem adesão à Ata de Registro de Preços, mediante a anuência do órgão gerenciador.

17.2. O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

18.0. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE

18.1. Regra geral:

18.1.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de Intenção de Registro de Preços IRP, poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

18.1.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

18.1.1.2. Demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no Art. 23, da Lei 14.133/21; e

18.1.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e da fornecedora.

18.1.2. A autorização do órgão ou da entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.





18.1.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou a entidade não participante efetuará a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

18.1.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

18.1.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste instrumento.

18.1.6. A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida:

18.1.6.1. Por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou

18.1.6.2. Por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

18.1.7. É vedada aos órgãos e às entidades da Administração Pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

18.2. Limites para as adesões:

18.2.1. Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à Ata de Registro de Preços de que trata este instrumento:

18.2.1.1. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador; e

18.2.1.2. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à Ata de Registro de Preços.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

19.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

19.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, contados a partir da data de publicação de sua convocação, prorrogável 1 (uma) vez por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

19.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, passando a vigor a partir da data da publicação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de acordo com o Art. 105 e ss. da Lei 14.133/2021, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

19.4. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

19.4.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.





19.4.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de **ATÉ 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

19.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

20. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL.

20.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital, bem como na minuta de contrato anexada.

21. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO.

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO.

23.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

24. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

24.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

24.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

24.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

24.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

24.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).





24.2. O atraso injustificado ou retardamento na prestação de serviços objeto deste certame sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento).

23.2.1. A multa prevista neste ITEM será descontada dos créditos que a contratada possuir com a **Prefeitura Municipal de Picuí/PB**, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

23.3. A inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 156, da Lei 14.133/2021:

23.3.1. Advertência;

23.3.2. Multa no valor de 5% (cinco por cento) do contrato licitado;

23.3.3. Impedimento de licitar e contratar;

23.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

23.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de **15 (QUINZE) DIAS ÚTEIS**, a contar da data da intimação, dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

23.5. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

23.5.1. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

23.5.1.1. **PRÁTICA CORRUPTA:** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

23.5.1.2. **PRÁTICA FRAUDULENTA:** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

23.5.1.3. **PRÁTICA CONLUIADA:** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

23.5.1.4. **PRÁTICA COERCITIVA:** Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

23.5.1.5. **PRÁTICA OBSTRUTIVA:** Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

25.1. Até **03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** antes da data designada para a abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos.

25.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.licitapicui.com.br.**

25.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no site realizador do certame (www.licitapicui.com.br) no prazo de **ATÉ 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS** contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.





25.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada, se for o caso, nova data para a realização do certame.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

26.1. Da sessão pública do Pregão, divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

26.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

26.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

26.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

26.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, nos termos do art. 183 da Lei 14.133/2021.

25.8.1. Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo.

25.8.2. Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data.

25.8.3. Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no ORC, excluídos os dias de ponto facultativo.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

25.10.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

25.11. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.12. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI/PB, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

25.12.1. A anulação do pregão induz à do contrato.





25.12.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

25.13. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.14. O Edital será disponibilizado, na íntegra, no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Picuí (www.licitapicui.com.br), no Portal Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (tce.pb.gov.br/mural das licitações) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), respeitado o disposto no art. 176 da Lei 14.133/2021, também podendo ser lido na sala da Comissão Permanente de Licitação, situada à Rua Antônio Firmino, nº 348, Bairro Monte Santo, Picuí-PB, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

26.6. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 26.6.1. ANEXO I - Termo de Referência;
- 26.6.2. ANEXO II – Modelo de proposta;
- 26.6.3. ANEXO III – Modelos de declarações;
- 26.6.4. ANEXO IV – Minuta da Ata de Registro de Preços;
- 26.6.5. ANEXO V – Minuta de Contrato.

Picuí - PB, 22 de Junho de 2026.


Assinado de forma digital por
JOSE RANIERI SANTOS
FERREIRA:03196570436
Dados: 2026.06.22 10:33:13
03196570436
JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA
Prefeito





ANEXO I

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260610PE00021

TERMO DE REFERÊNCIA

1.0.DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta dispensa: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, DE FORMA PARCELADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

2.0. DA JUSTIFICATIVA

2.1 – A limpeza e higienização adequada das escolas municipais, unidades básicas de saúde e demais prédios públicos é essencial para promover saúde, segurança e bem-estar da população e dos servidores. Ambientes limpos previnem doenças, reduzem a proliferação de agentes contaminantes e garantem espaços mais seguros. Nas escolas, asseguram melhores condições de aprendizagem e convivência; nas unidades de saúde, são fundamentais para o controle de infecções e proteção de pacientes e profissionais; e nos demais prédios públicos, refletem organização, valorização do patrimônio e eficiência nos serviços prestados pela administração.

2.2. As características e especificações do objeto ora licitado são:

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	P.UNITÁRIO	P. TOTAL
1	ABSORVENTE FEMININO SUPER PROTEÇÃO SECA, COM ABAS. EMBALAGEM COM 8 UNIDADES. COBERTURA ANTIUMIDADES, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, CENTRO ANATOMICO DE ABSORÇÃO, COBERTURA DE MALHA SECA QUE ABSORVE INSTANTANEAMENTE, FORMATO ADAPTÁVEL QUE ONDE SEU CORPO MAIS PRECISA.	UND	1200	4,45	5.340,00
2	ABSORVENTE FEMININO SUPER PROTEÇÃO SECA, SEM ABAS. EMBALAGEM COM 8 UNIDADES. COBERTURA ANTIUMIDADES, BARREIRAS ANTIVAZAMENTO, CENTRO ANATOMICO DE ABSORÇÃO, COBERTURA DE MALHA SECA QUE ABSORVE INSTANTANEAMENTE, FORMATO ADAPTÁVEL QUE ONDE SEU CORPO MAIS PRECISA.	UND	1000	4,10	4.100,00
3	ACENDEDOR DE FOGÕES, CHURRASQUEIRAS E VELAS; ALIMENTADO A GÁS, RECARREGAVEL; COM REGULAGEM DE INTENSIDADE DA CHAMA; BOTAO TRAVA, PARA MAIS SEGURANÇA; CORES VARIADAS; SIMPLES DE USAR, EXCELENTE PARA USO CONSTANTE. MEDIDAS: COMPRIMENTO: 27,5CM; LARGURA: 4,5CM; ALTURA: 1,3CM.	UND	100	17,06	1.706,00
4	ÁCIDO MURIÁTICO GRUPO QUÍMICO: ÁCIDO INORGÂNICO. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO CLORÍDRICO, TENSOATIVO NÃO-IÔNICO E ÁGUA DEIONIZADA. USO E APLICAÇÃO: LIMPEZA DE INCRUSTAÇÕES CRÔNICAS EM SANITÁRIOS, PISOS E SUPERFÍCIES LAVÁVEIS EM GERAL. 1 LITRO DO PRODUTO. CAIXA COM 12 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE 36 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO. COM REGISTRO NA	Cx.	400	86,40	34.560,00





	ANVISA.				
5	ÁGUA SANITÁRIA SUA FÓRMULA COM CLORO ATIVO PASSA POR UM RIGOROSO PROCESSO DE QUALIDADE QUE COMPROVA O PODER BACTERICIDA SUA EFICIÊNCIA NA HIGIENIZAÇÃO DE HORTIFRUTÍCOLAS E DESINFECÇÃO EM DIVERSOS LOCAIS DE CONCENTRAÇÃO DE GERMES E BACTÉRIAS, GARANTIA DE PROTEÇÃO PARA A SUA CASA CAPACIDADE: 1 LITRO, REMOVE SUJEIRA CLORO ATIVO EMBALAGEM: 12 UNIDADES O PRAZO DE VALIDADE APROXIMADAMENTE DE 1 ANO. DISPONÍVEL EM FRASCOS ANATÔMICOS, O PRODUTO POSSUI UMA TAMPA COM LACRE ANTIVAZAMENTO E BICO DOSADOR. COM REGISTRO NA ANVISA.	Cx.	1300	38,16	49.608,00
6	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO, EM GEL, ANTISSÉPTICO PARA AS MÃOS 70° INDICADO PARA ASSEPSIA DAS MÃO E USO EM CONSULTÓRIOS, CABINES DE ESTÉTICA E AMBIENTE ESCOLAR. EMBALAGEM DE 500 G, CAIXA COM 12 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE 36 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	300	110,40	33.120,00
7	ÁLCOOL ETÍLICO, 70° LÍQUIDO INCOLOR, TRANSPARENTE, MUITO MÓVEL E VOLÁTIL, TEM ODOR CARACTERÍSTICO E SABOR ARDENTE. É INFLAMÁVEL E QUEIMA COM CHAMA AZULADA NÃO FULIGINOSA; MUITO HIGROSCÓPIO. . CONTENDO 1L DO PRODUTO CAIXA COM 12 UNIDADES. PRAZO DE VALIDADE 24 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.	Cx.	300	97,20	29.160,00
8	ALGODÃO EM BOLAS 95G. DESCRIÇÃO COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO HIDRÓFILO.INDICAÇÃO: USADO NA ELABORAÇÃO DE CURATIVOS, NA HIGIENE INFANTIL, NA LIMPEZA DE PELE, E NA APLICAÇÃO E REMOÇÃO DE PRODUTOS COSMÉTICOS E ANTI-SEPSIA.PRESERVAÇÃO / CONSERVAÇÃO:	UND	200	4,64	928,00
9	ALICARTE PARA CORTE DE UNHAS EM AÇO INODIVAI, COM CORTE EM ALTA PRECISÃO E MOLA RESISTENTE.	UND	100	17,72	1.772,00
10	AMACIANTE DE ROUPAS, PROPORCIONA FRAGRÂNCIA DURADOURA E PROFUNDA MACIEZ PARA SUAS ROUPAS. MATÉRIAS PRIMAS CUIDADOSAMENTE SELECIONADAS. – O AMACIANTE DE ROUPAS DEVE SER UTILIZADO PARA AMACIAR FIBRAS TÊXTEIS, DEVENDO SER DILUÍDO EM ÁGUA ANTES DE SER COLOCADO SOBRE O TECIDO. EMBALAGEM COM 5 LITROS DO PRODUTO. COM VALIDADE DE 36 MESES. COM REGISTRO NA ANVISA.	UND	300	28,02	8.406,00
11	ANTIFERRUGEM PARA CASA, ESCRITÓRIO, INDÚSTRIA E LAZER DESENGRIPA TODOS OS APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS, MOTORES, ESTEIRAS ROLANTES, MOTOCICLETAS, JET SKI, SKATES, ARMAS, FECHADURAS, DOBRADIÇAS,	UND	400	25,31	10.124,00





	MÁQUINAS DE COSTURA, MÁQUINAS DE ESCREVER, BICICLETAS, ETCCONTÉM 300 ML DO PRODUTO. COM VALIDADE DE 36 MESES. COM REGISTRO NA ANVISA.				
12	AVENTAL, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO UNISSEX, COMPRIMENTO 120 CM, LARGURA 70 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS TIRAS DE AMARRAR FIXAS.	UND	100	12,11	1.211,00
13	APARELHO DE BARBEAR PRESTOBARBA, COM DUAS LÂMINAS, CABEÇA FLEXIVEL QUE AJUSTA FACILMENTE AS CURVAS DO CORPO, COM TIRA LUBRIFICANTE INTEGRANTE QUE PREPARADA A PELE PARA CORTE. EMBALAGEM COM DUAS UNIDADES.	UND	400	5,06	2.024,00
14	BALDE PLÁSTICO TRANSPARENTE PRODUTO DE QUALIDADE DESENVOLVIDOS PARA O BEM-ESTAR DO CONSUMIDOR. PRODUTOS QUE COMPREENDEM O UNIVERSO DOMÉSTICO POR COMPLETO: COZINHA, LAVANDERIA, LIMPEZA, JARDINAGEM, ORGANIZAÇÃO, BABY E PET. O DESIGN DOS PRODUTOS É UMA CARACTERÍSTICA MUITO MARCANTE NAS LINHAS SANREMO, POIS ACREDITAMOS QUE LEVAR BELEZA AO DIA-A-DIA DO CONSUMIDOR É O NOSSO TRABALHO. ALÉM DISSO, A FUNCIONALIDADE E A PRATICIDADE DE USO SÃO FATORES FUNDAMENTAIS NO DESENVOLVIMENTO DE NOSSOS PRODUTOS. COM CAPACIDADE PARA 10 LITROS, COM ALÇA DE METAL, ALTURA 26 CM, DIÂMETRO 23 CM, CORES DIVERSAS (MODELO IGUAL OU SIMILAR AO SANREMO)	UND	200	22,80	4.560,00
15	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA OU CESTO COM TAMPA RESISTENTE, EM POLIPROPILENO, COM ALÇA DE METAL, CAPACIDADE 60 LITROS, CORES DIVERSAS, MEDIDAS: 74CM (ALTURA) X 49CM (LARGURA) X 60CM (PROFUNDIDADE).	UND	150	64,41	9.661,50
16	BALDE DE PLÁSTICO RESISTENTE, EM POLIPROPILENO, COM ALÇA DE METAL, CAPACIDADE 20 LITROS, CORES DIVERSAS, ALTURA 35 CM, DIÂMETRO 29 CM, APROXIMADAMENTE.	UND	150	21,12	3.168,00
17	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA DE 100 LITROS, PLÁSTICO POLIPROPILENO, DIMENSÕES 730MMX590MMX515MM	UND	150	71,77	10.765,50
18	CAIXA DE FÓSFORO, COM 40 PALITOS, CABEÇA MARROM, PRETA OU VERMELHA, MEDIDAS DA CAIXA 5 X 4 CM (+/- 0,5 CM). MAÇO COM 10 UNIDADES.	UND	200	5,97	1.194,00
19	FOSFORO LONGO, CAIXA COM 240 UNIDADES. CORPO DE MADEIRA, CABEÇA VERMELHA, TIPO LONGO, COM 5CM.	UND	300	5,84	1.752,00
20	CERA LÍQUIDA, INCOLOR, EMBALAGEM COM 750 ML DO PRODUTO, APLICAÇÃO PISOS CERÂMICOS, GRANITOS, MÁRMORE, CAIXA COM 12 UNIDADES., PRAZO DE VALIDADE 24 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA.	UND	150	89,64	13.446,00





21	CESTO PARA LIXO – CESTO DE PLÁSTICO TELADO SEM TAMPA, CAPACIDADE PARA 10 LITROS, ALTURA 28 CM, DIÂMETRO 25 CM, APROXIMADAMENTE.	UND	200	5,77	1.154,00
22	COLÔNIA INFANTIL POSSUI SUAVE FRAGRÂNCIA DE LAVANDA E CAMOMILA QUE PROPORCIONA UMA AGRAVÁVEL SENSACÃO DE RELAXAMENTO, DEIXANDO SEU BEBÊ DELICADAMENTE PERFUMADO. – SUA FÓRMULA EXCLUSIVA E CLINICAMENTE TESTADA NÃO IRRITA A PELE. COMPOSIÇÃO – ÁLCOOL ETÍLICO, ÁGUA E FRAGRÂNCIA. – PODE SER USADA DIARIAMENTE NA PELE. ACONDICIONADA EM FRASCO, CONTENDO 100 ML DO PRODUTO. CAIXA COM 12 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA.	Cx.	100	304,92	30.492,00
23	CONDICIONADOR DE CABELOS RECONSTRUÇÃO INSTANTÂNEA PARA CABELOS. RECONSTRÓI INSTANTANEAMENTE TODAS AS ZONAS DO CABELO, CRIA UMA BARREIRA ISOLANTE PARA CONTER OS NUTRIENTES ESSENCIAIS NO INTERIOR DA FIBRA E PROTEGE O CABELO CONTRA NOVAS AGRESSÕES. SUA FÓRMULA REPARADORA NÃO CONTÉM SAL E É ENRIQUECIDA EM LIPIDIUM QUE TRAZ UM MIX DE INGREDIENTES ÚNICOS COM ALTO AVANÇO TECNOLÓGICO E UNE A COMBINAÇÃO DE ÁCIDO LÁCTIDO PHYTO-KERATIN CERAMIDAS LIPÍDIOS. CONTÉM 150 ML. CAIXA COM 12 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA.	Cx.	80	146,16	11.692,80
24	CORDAS PARA VARAL, DE NYLON COM 10 METROS DE COMPRIMENTO CADA, CARACTERÍSTICA DO PRODUTO: MATERIAL: 100% POLIETILENO, NÚMERO 5, CORES VARIADAS, 1 PACOTES COM 3 UNIDADE DO PRODUTO	PCT.	200	6,02	1.204,00
25	CREME DENTAL 90G, EM TUBO PLÁSTICO, COMPOSTO DE MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO (MÍNIMO 1.100PPM DE FLÚOR), CARBONATO DE CÁLCIO, SORBITOL, LAURIL SULFATO DE SÓDIO, SACARINA SÓDICA, FORMALDEÍDO, AROMA E ÁGUA. SABOR: MENTA OU HORTELÃ. CAIXA COM 12 UNIDADES DO PRODUTO. COM REGISTRO NA ANVISA.	Cx.	100	54,60	5.460,00
26	DESENTUPIDOR DE PIA, MATERIAL BORRACHA FLEXÍVEL, LARGURA 10 CM, ALTURA 22 CM, PROFUNDIDADE 10 CM, CABO EM PVC.	UND	100	5,27	527,00
27	DESINFETANTE LÍQUIDO COM AÇÃO GERMICIDA E BACTERICIDA; É INDICADO PARA DESINFETAR TODOS OS AMBIENTES QUE NECESSITAM DE LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO COMO BANHEIROS, PISOS, MICTÓRIOS, RALOS E ETC. EMBALAGEM COM 1 LITRO DO PRODUTO, PACOTE COM 12 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA.	Cx.	2300	73,32	168.636,00
28	DESODORIZADOR DE AMBIENTES AEROSSOL 400ML – BOM AR ELIMINA ODORES DESAGRADÁVEIS E PERFUMA SUAVEMENTE O AMBIENTE. É UM DESODORIZADOR DE AMBIENTE QUE DEIXA SUA CASA COM UMA AGRAVÁVEL SENSACÃO DE AR	UND	700	19,67	13.769,00





	FRESCO.COM REGISTRO NA ANVISA				
29	SABÃO EM PÓ EFICIENTE E ECONÔMICO. PODE SER UTILIZADO PARA AS MAIS DIFERENTES FINALIDADES, COMO LIMPEZA DE TECIDOS, PISOS, PAREDES, AZULEJOS, SUPERFÍCIES EM GERAL ENTRE OUTROS., EMBALAGEM CONTENDO 500 G DO PRODUTO, PACOTE COM 20 UNIDADES.COM REGISTRO NA ANVISA	FRD	550	134,40	73.920,00
30	DETERGENTE LÍQUIDO SUA FÓRMULA BALANCEADA PERMITE UMA SEGURA REMOÇÃO DE SUJEIRA EM GERAL. COMPOSIÇÃO: TENSOATIVO ANIÔNICO, UMECTANTE, ESPESSANTE, EMOLIENTE CONSERVANTE, FRAGRÂNCIA, CORANTE E ÁGUA. VALIDADE POR 2 ANOS. EMBALAGEM CONTENDO 500 ML DO PRODUTO, CAIXA COM 24 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	1300	58,32	75.816,00
31	DISPENSER PARA PAPEL TOALHA, INTERFOLHADO OU HIGIÊNICO ROLÃO -. SISTEMA INTELIGENTE DE ABERTURA QUE PERMITE AO USUÁRIO O ACESSO FÁCIL E RÁPIDO PARA REPOSIÇÃO, POSSIBILITA O USO DE CHAVES, MANTENDO SEGURANÇA E DISCRICÃO. DISPENSER MÚLTIPLO HIGIÊNICO E TOALHA, COMPOSTO PLÁSTICO TRANSPARENTE ESPECIAL COM ALTA RESISTÊNCIA AO IMPACTO. PROCESSO DE PRODUÇÃO POR INJEÇÃO TERMOPLÁSTICA. DESIGN MODERNO QUE COMBINA COM TODOS AMBIENTES. SISTEMA INTELIGENTE DE ABERTURA E FECHAMENTO. SERRILHA NAS EXTREMIDADES DA SAÍDA DO PAPEL PARA FACILITAR O CORTE.	UND	100	69,12	6.912,00
32	DISPENSER PARA SABONETE LÍQUIDO PARA SER USADO COM REFIL OU RESERVATÓRIO 800ML. ESTA SABONETEIRA POSSUI SISTEMA QUE ACEITA O REFIL DE 800ML OU RESERVATÓRIO PARA ABASTECER, SEU MANUSEIO É PRÁTICO E FÁCIL DE SER INSTALADO. 11 CM DE LARGURA, 21 CM DE ALTURA X 10CM DE PROFUNDIDADE. FIXAÇÃO EM PAREDE.	UND	100	38,44	3.844,00
33	ESCOVA DENTAL ADULTO, CORES VARIADAS, EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM SAQUINHOS PLÁSTICOS LACRADO, COM PROTETOR DE CERDAS, TIPO MALETA EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, CABEÇA EM FORMATO TRIANGULAR OU OVAL, CERDAS DE NYLON MACIAS COM 4 FILEIRAS OU TUFOS, MÍNIMO DE 25 TURFOS DE CERDAS APARADOS E ARREDONDADOS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDA HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO ANATÔMICO (POLIPROPILENO ATOXICO, MEDINDO, NO MÍNIMO 12CM.,	UND	1500	7,53	11.295,00
34	ESCOVA DENTAL INFANTIL, CORES SORTIDAS, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SAQUINHO PLÁSTICO LACRADO, COM PROTETOR DE CERDAS TIPO MALETA EM PLÁSTICO TRANSLÚCIDO, CABEÇA EM FORMATO TRIANGULAR OU OVAL, CERDAS DE	UND	2000	5,20	10.400,00





	NYLON MACIAS COM 4 FILEIRAS DE TUFOS, MÍNIMO DE 25 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CABO OPACO ANATÔMICO (POLIPROPILENO ATÓXICO), MEDINDO, NO MÍNIMO, 12CME.				
35	ESCOVA DE LAVAR ROUPA – IDEAL PARA ESCOVAR JEANS E TECIDOS PESADOS. – UTILIZADA TAMBÉM PARA LAVAR PNEUS DE AUTOMÓVEIS. TEXTURA ANTIDERRAPANTE COM APARÊNCIA DE TECIDO, EM PLÁSTICO COM CORPO DE MADEIRA.	UND	100	3,60	360,00
36	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO CONVENCIONAL, COM CERDAS FLEXÍVEIS, SEM ALÇA, CABO DE PLÁSTICO MEDINDO 30 CM.	UND	120	10,37	1.244,40
37	ESCOVA DE LIMPEZA DE UNHAS, ARQUIVO MACIO REMOVER UNHA POEIRA ACESSÓRIO PEQUENO ÂNGULO DE ESFREGAR LIMPA CUIDADOS FERRAMENTAS COMPRIMENTO DA CERDA: APROXIMADAMENTE 1.2 CM, CORES DIVERSAS, PESO LÍQUIDO: 5.8	UND	150	3,51	526,50
38	ESPANADOR EM NYLON IDEAL PARA REMOÇÃO DE PÓ EM ARMÁRIOS, PRATELEIRAS, ELETRODOMÉSTICOS, COMPUTADORES, PERSIANAS E OUTRAS SUPERFÍCIES ONDE HÁ A DEPOSIÇÃO DO PÓ. CABO DE MADEIRA PLASTIFICADA E AÇO.	UND	100	14,65	1.465,00
39	ESPONJA DE BANHO INFANTIL EM ESPUMA, USO INFANTIL NO FORMATO RETANGULAR; MEDINDO (115 X 77) MM – COM 23 MM DE ESPESSURA.	UND	150	3,71	556,50
40	ESPONJA DE LÃ DE AÇO – BOMBRIL, DEIXA SUAS PANEAS LIMPINHAS E BRILHANTES, COMO NOVAS. A LÃ DE AÇO TEM 1001 UTILIDADES É UM PRODUTO QUE JÁ NASCEU ECOLÓGICO GRAÇAS AO MINÉRIO DE FERRO EXISTENTE EM SUA COMPOSIÇÃO, QUE SE DEGRADA, VIRA FERRUGEM E DESAPARECE NA NATUREZA, SEM DEIXAR RESÍDUOS. É MAIS HIGIÊNICO, NÃO ACUMULA BACTÉRIAS E REMOVE TODA A SUJEIRA INCRUSTADA, SEM RISCAR. COM A LÃ DE AÇO BOMBRIL, VOCÊ PODE TAMBÉM POLIR PANEAS E LIMPAR VIDROS, LOUÇAS E AZULEJOS. LIMPA ATÉ SAPATOS DE CAMURÇA. PACOTE CONTENDO 8 UNIDADE DO PRODUTO, APROXIMADO 60 G. FARDO COM 14 PACOTE	FRD	200	44,24	8.848,00
41	ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA GERAL EM COZINHAS INDUSTRIAIS, RESTAURANTES E SIMILARES E INDÚSTRIAS DE ALIMENTOS. POSSUI DUPLA AÇÃO, O LADO VERDE ATUA NA LIMPEZA DA SUJEIRA PESADA ENQUANTO QUE A ESPUMA AMARELA LIMPA A SUJEIRA LEVE DE PEÇAS DELICADAS COMO PORCELANAS, VIDROS E ETC. SUBSTITUI PALHA E LÃ DE AÇO, TRAPOS, ESCOVAS RUDIMENTARES E OUTROS NO TRABALHO DE REMOVER A SUJEIRA. PACOTE COM 4 UNIDADES, CAIXA CONTENDO 60 ESPONJAS DE 100 MM X 71 MM	Cx.	200	232,20	46.440,00





	X 20.				
42	FRALDAS DESCARTÁVEIS, POSSUEM ALTA CONCENTRAÇÃO DE GEL ABSORVENTE, CAMADA EXTERNA MACIA, VISUAL, FRONTAL TAPE COM ESTAMPAS. TAMANHO GRANDE PARA CRIANÇAS DE 8 A 12 KG – PACOTE COM 48 UNIDADES DO PRODUTO.	PCT.	200	65,76	13.152,00
43	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO P/M. MODELO XORTINHO QUE AJUSTA NO CORPO, COM CINTURA ELÁSTICA MODELADORA, POSSUEM ALTA CONCENTRAÇÃO DE GEL ABSORVENTE, ABSORVE EM SEGUNDOS, BARREIRA PROTETORA ANTIVAZAMENTO, SISTEMA ANTIDODOR. TAMANHO P/M. QUADRIL: 86 CM A 116 CM. PACOTE COM 16 UNIDADES.	PCT.	250	67,15	16.787,50
44	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTO, TAMANHO G/EXTRA G. MODELO XORTINHO QUE AJUSTA NO CORPO, COM CINTURA ELÁSTICA MODELADORA, POSSUEM ALTA CONCENTRAÇÃO DE GEL ABSORVENTE, ABSORVE EM SEGUNDOS, BARREIRA PROTETORA ANTIVAZAMENTO, SISTEMA ANTIDODOR. TAMANHO P/M. QUADRIL: 112 CM A 137 CM. PACOTE COM 16 UNIDADES.	PCT.	250	115,59	28.897,50
45	GARRAÇÃO (VASILHAME) PLÁSTICO PARA ÁGUA NOVO, CAPACIDADE PARA 20 LITROS. DIAMETRO D 276mm, Diâmetro int. bocal E 40MM.	UND	800	21,47	17.176,00
46	HASTES FLEXÍVEIS COTONETES SÃO INQUEBRÁVEIS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA E CONFORTO. SUAS PONTAS DE ALGODÃO NÃO SOLTAM FIAPOS, POIS SUA BASE CONTÉM RANHURAS QUE PERMITEM UMA FIXAÇÃO SEGURA E HIGIÊNICA. O PURO ALGODÃO DE COTONETES RECEBE UM TRATAMENTO ESPECIAL ANTIGERME QUE O MANTÉM LIVRE DE CONTAMINAÇÃO, EMBLAGE COM 75 UND. PACOTE COM 12 UNIDADE DO PRODUTO	PCT.	100	34,08	3.408,00
47	INSETICIDA AEROSOL SPLAY EFICAZ PARA ELIMINAR OS INSETOS E ESSENCIAL PARA NÃO CAUSAR DANOS À SAÚDE. MATANDO MOSCAS, BARATAS, FORMIGAS E MOSQUITOS, INCLUSIVE O AEDES AEGYPTI, TRANSMISSOR DA DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNYA., MATA OS INSETOS COM TOTAL EFICIÊNCIA NO MOMENTO E DEPOIS DA APLICAÇÃO. COM FÓRMULA EXCLUSIVA E À BASE DE ÁGUA, O PRODUTO É MENOS AGRESSIVO AO MEIO AMBIENTE E É TOTALMENTE SEM CHEIRO.FRASCO COM NO MÍNIMO 300 ML.COM REGISTRO NA ANVISA	UND	500	17,40	8.700,00
48	KIT DE HIGIENE BUCAL – CONTENDO UMA ESCOVA PVC MALEAVEL, 1 CREME DENTAL, 1 FIO DENTAL E UM ESTOJO PARA COLOCAR O KIT.	KIT	3000	16,86	50.580,00
49	KIT LIMPEZA INDUSTRIAL COMPLETO 20 LITROS PARA LIMPEZA ÚMIDA DE PISOS, CONTENDO BALDE COM CAPACIDADE PARA 20 LITROS, ACOMPANHADO DE UM ESPREMEDOR LATERAL, COMPATÍVEL COM MOPS CONVENCIONAIS E MOPS PLANOS,	KIT	30	401,00	12.030,00





	RESERVATÓRIO PARA ÁGUA LIMPA COM 8 LITROS, GARANTINDO A SEPARAÇÃO ENTRE A ÁGUA SUJA E A ÁGUA DE ENXÁGUE, OTIMIZANDO O PROCESSO DE LIMPEZA E A HIGIENE. PARA O MANUSEIO, AS PEÇAS DEVEM VIR COM UM CABO DE ALUMÍNIO EXTENSÍVEL DE 1,40 M E UMA GARRA EURO PLÁSTICA PARA FIXAÇÃO DO REFIL E UMA PLACA SINALIZADORA COMPACTA COM ESCRITO "PISO MOLHADO" PARA SINALIZAÇÃO.				
50	LENÇO UMEDECIDO PARA LIMPEZA DE PELE DE BEBÊ DE FORMA DELICADA E SUAVE, PRÁTICO E FÁCIL DE USAR LIMPA TODOS OS RESÍDUOS DE FORMA HIGIÊNICA E SEGURA.POTE COM 100 UND. DE 21 CM X 12,5 CM	PCT.	150	12,29	1.843,50
51	LIMPADOR DE CERAMICA, AZULEIJO, REJUNTE AZULIM. EMBALAGEM CONTENDO UM LITRO. CAIXA COM 12 UNIDADES.	Cx.	120	123,96	14.875,20
52	LIMPADOR DESENGORDURANTE, BACTERICIDA, GERMICIDA, AGRADÁVEL FRAGRÂNCIA, PROPORCIONA EFICIENTE LIMPEZA E SUAVE PERFUME NO AR, APLICAÇÃO LIMPEZA DE PISOS, COZINHAS, BANHEIROS, AZULEJOS, VIDROS, PLÁSTICOS E OUTRAS SUPERFÍCIES LAVÁVEIS, EMBALAGEM CONTENDO 500 ML DO PRODUTO. CAIXA COM 12 UNIDADE. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	150	64,20	9.630,00
53	LIMPA VIDROS COM BPRRIFADOR. IDEAL PARA A LIMPEZA DE VIDROS, VITRINES, PARABRISAS E ESPELHOS. REMOVENDO SUJEIRAS COMO POEIRA, FULIGEM E MARCAS DE DEDOS. ACONDIONADO EM EMBALAGEM COM PULVERIZADOR, CONTENDO 500ML.	UND	300	11,57	3.471,00
54	LIXEIRA INOX COM PEDAL E BALDE, 30 LITROS, DECORLINE LIXEIRAS, 30 X 64 CM, AÇO INOX, AÇO INOX AISI 304.	UND	40	213,43	8.537,20
55	LIXEIRA 100 LITROS COM PEDAL – 100% POLIPROPILENO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÃO: 100X100X100 CM; MÉDIA DE 12 KG. COR BRANCO	UND	50	213,65	10.682,50
56	LIXEIRA COM PEDAL 30L BRANCA. LIXEIRA COM PEDAL 20 LITROS BRANCA, INIBE O APARECIMENTO DE INSETOS E INDESEJÁVEIS. LEVE, DE FÁCIL MANUSEIO E HIGIENIZAÇÃO. LIXEIRA COM PEDAL BRANCA 20 LITROS MEDIDAS DO PRODUTO (CM): 38X27X44 ALTURA: 44 CM, LARGURA (FRENTE): 27 CM PROFUNDIDADE (LATERAL): 38 CM	UND	50	60,25	3.012,50
57	LUSTRA-MÓVEIS É RECOMENDADO NÃO APENAS PARA MÓVEIS, MAS TAMBÉM PARA GELADEIRAS, ELETRODOMÉSTICOS, AZULEJOS, SUPERFÍCIES DE MÁRMORE, FÓRMICA E ESMALTADAS. GARANTIA 24 MESES. ACONDICIONADO EM FRASCO CONTENDO 500ML DO PRODUTO. COM REGISTRO NA ANVISA. EMBALGAEM COM 12 UNIDADES	Cx.	250	106,20	26.550,00
58	LUVAS, TIPO CIRÚRGICAS, DESCARTÁVEIS, TAMANHO PEQUENO, MÉDIA, GRANDE, CAIXA COM 100 UNIDADES PARA USO NA MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS.	Cx.	300	20,65	6.195,00





59	LUVAS DE LÁTEX PARA USO GERAL EM LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO C/ INTERIOR FORRADO E PALMA ANTI-DERRAPANTE, TAMANHOS PEQUENO, MÉDIO E GRANDE.	PAR	300	5,55	1.665,00
60	MOP PARA LIMPEZA GIRATÓRIO, COMPOSTO BALDE 12L COM ALÇA E CESTO, PRODUZIDO COM PLÁSTICO RESISTENTE; REFIL 100 % MICROFIBRA, ADEREM E NÃO ESPALHAM A SUJEIRA É LAVÁVEL EM MÁQUINA, FÁCIL DE TROCAR; INDICADO PARA PISOS DE MADEIRA, LAMINADOS, PORCELANATOS, CERÂMICAS, VIDROS E SUPERFÍCIES LISAS; CABO TElescópico EM AÇO INOX PROPORCIONA MELHOR ERGONOMIA, ALTURA 129 CM; MEDIDAS: BALDE – 26 CM X 46 CM X 21 CM E CABO SEM REFIL – 40 CM X 40 X 104 CM A 128 CM.	KIT	100	85,63	8.563,00
61	NAFTALINA, POSSUI UMA INFINIDADE DE APLICAÇÕES, DESDE, NO LAR USADO COMO UM ATIVO REPELENTE DE INSETOS, EM ESPECIAL, AS TRAÇAS, PERFUMARIA E COSMÉTICOS, INSETICIDAS E DESINFETANTES. ASPECTO FÍSICO BOLINHAS SÓLIDAS BRANCAS, EMBALAGEM CONTENDO 24 G DO PRODUTO.	PCT.	200	4,07	814,00
62	PÁ COLETORA DE LIXO, MATERIAL COLETOR EM ALUMÍNIO ZINCADO, COMPRIMENTO 28 CM, LARGURA 28 CM, MATERIAL CABO EM MADEIRA, COMPRIMENTO 80 CM, APLICAÇÃO LIMPEZA.	UND	100	6,56	656,00
63	PÁ COLETORA DE LIXO ARTICULADA COM DISPENSER E CABO. Facilita a limpeza, pois não precisa se abaixar para utilizar o produto. Fácil locomoção. Fecha automaticamente quando erguida do chão, armazenando o lixo recolhido. Evita contato com a sujeira com rodinhas para fácil manuseio acompanha cabo de 90cm de comprimento	UND	100	39,45	3.945,00
64	PANO DE CHÃO, MATERIAL EM ALGODÃO ALVEJADO, DIMENSÃO APROXIMADA 42 X 60 CM, CONFECCIONADO COM FIO TORCIDO 4 X 4, PROPORCIONANDO DUPLA ESPESSURA E BOA ABSORÇÃO, PACOTE COM 3 UNIDADES DO PRODUTO	PCT.	350	12,69	4.441,50
65	PANO DE PRATO, ATOALHADO, NA COR BRANCA, 100% ALGODÃO, MEDINDO 45 X 48 CM, PACOTE COM 12 UNIDADES DO PRODUTO..	PCT.	150	38,88	5.832,00
66	PANO FLANELA, CONFECCIONADO COM FIOS DE ALGODÃO, TECIDO COM TEXTURA MACIA, SENDO IDEAL PARA O USO DE LIMPEZA DE PÓ LEVE. COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM, APROXIMADAMENTE, PACOTE COM 3 UNIDADES DO PRODUTO	PCT.	200	8,04	1.608,00
67	PAPEL HIGIÊNICO, FOLHA BRANCAS 30M DE ALTA QUALIDADE, COMPOSIÇÃO: 100% CELULOSE, PICOTADO E GOFRADO, ROLOS DE 30 METROS – FARDO COM 16 PACOTES, SENDO CADA PACOTE COM 4 UNIDADES. VALIDADE: INDETERMINADO	Fd.	350	77,28	27.048,00
68	PAPEL TOALHA BOBINA, NA COR BRANCA, COM 60 TOALHAS PICOTADAS E TEXTURIZADAS DE 20 X 22,5	Fd.	350	82,08	28.728,00





	CM, FOLHA DUPLA, COMPOSIÇÃO FIBRAS CELULÓSICAS, FARDO COM 12 PACOTES (24 ROLOS), CADA PACOTE C/ 2 ROLOS.				
69	PAPEL TOALHA INETRFOLHADA, FOLHA DE COR BRANCA, PACOTE COM 1000 FOLHAS DE 20X23CM, 460 CM² POR FOLHA. COMPOSIÇÃO 100% FIBRAS CELULÓSICAS.P	PCT.	250	12,14	3.035,00
70	PASTILHA SANITÁRIA ADESIVA, COM AÇÃO GERMICIDA, BACTERICIDA E PERFUMANTE. ESSÊNCIAS ADMITIDAS: EUCALIPTO, PINHO OU LAVANDA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: POSSUIR AROMA AGRADÁVEL, SER INÓCUO À PELE. CAIXA COM 3 UNIDADES. APRESENTAÇÃO COMERCIAL, DURAÇÃO MINIMA INDICADA PELO FABRICANTE, MINIMO DE 130 DESCARGAS POR UNIDADE OU 390 DESCARGAS POR EMBALAGEM COM 3 UNIDADES.	Cx.	500	4,71	2.355,00
71	PRATO DESCARTAVEL DE ISOPOR, COR PRANCA COM 15 CM DE DIÂMETRO. PACOTE COM 100 UNIDADES	PCT.	300	25,14	7.542,00
72	PENTE PLÁSTICO PARA PIOLHO – É UTILIZADO PARA ELIMINAR PIOLHO E LÊNDEAS. EM CORES VARIADAS, COM VÁRIAS CERDAS, NÃO MACHUCAM, POIS POSSUEM AS PONTAS ARREDONDADAS.	UND	100	3,65	365,00
73	PENTES PARA CABELOS COM DENTES LARGOS CABO GRANDE E ERGONÔMICO QUE PERMITAM A CRIANÇA E O ADULTO USAREM COM FACILIDADE, MATERIAL PLÁSTICO.	UND	100	10,94	1.094,00
74	POLIDOR DE ALUMÍNIO ACONDICIONADO EM FRASCO CONTENDO 500 ML DO PRODUTO, CAIXA COM 24 UNIDADES.COM VALIDADE POR 24 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	60	130,56	7.833,60
75	POMADA DE NISTATINA COM ÓXIDO DE ZINCO 60G PARA ASSADURAS DE BEBÊ. É UM MEDICAMENTO DE USO TÓPICO INDICADO PARA O TRATAMENTO E PREVENÇÃO DE ASSADURAS EM BEBÊS, EM CRIANÇAS EM USO DE FRALDAS OU ADULTOS.UNIDADE. PESO 60G.	UND	250	13,53	3.382,50
76	PRENDEDOR DE ROUPAS, FEITO COM PLASTICO DE REFLORESTAMENTO E AÇO GALVANIZADO, RESISTENTE E DURADOURO. PODE SER UTILIZADO PARA PRENDER ROUPAS NO VARAL, PARA ARTESANATO OU ATÉ PRENDENDO BRINDES. . PACOTE COM 12 UNIDADE.	PCT.	300	4,52	1.356,00
77	QUEROSENE INDICADO PARA REMOÇÃO DE GRAXAS, LIMPEZA DE PEÇAS E MOTORES EM GERAL, SOLVENDO PARAFINAS, CERAS, TINTAS E VERNIZES. ACONDICIONADO EM FRASCO CONTENDO 1 L DO PRODUTO. CAIXA COM 12 INIDADE. COM VALIDADE PARA 36 MESES DA DATA DA FABRICAÇÃO. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	100	171,72	17.172,00
78	REFIL DE MOOP LIQUIDO, LOOP COM CINTA	UND	200	23,40	4.680,00
79	RODO DE MADEIRA 30 CM – PUXAM E SECAM SIMULTANEAMENTE A ÁGUA ACUMULADA, POIS POSSUEM DUAS BORRACHAS MACIAS E FLEXÍVEIS	Cx.	100	102,60	10.260,00





	FEITAS EM EVA. O CEPO EM POLIPROPILENO NÃO RESSECA, NÃO QUEBRA E CONTÉM GARRAS PONTIAGUDAS NAS LATERAIS PARA MELHOR FIXAR PANOS DE CHÃO. A PRATICIDADE QUE VOCÊ PRECISA PARA LIMPAR E SECAR CADA CANTINHO COM MUITA EFICIÊNCIA.TAMANHO 30 CM. CABO DE MADEIRA MEDINDO 1.20 MTS. CAIXA COM 12 UNIDADE DO PRODUTO.				
80	RODO DE MADEIRA 60 CM PUXAM E SECAM SIMULTANEAMENTE A ÁGUA ACUMULADA, POIS POSSUEM DUAS BORRACHAS MACIAS E FLEXÍVEIS FEITAS EM EVA. O CEPO EM POLIPROPILENO NÃO RESSECA, NÃO QUEBRA E CONTÉM GARRAS PONTIAGUDAS NAS LATERAIS PARA MELHOR FIXAR PANOS DE CHÃO. A PRATICIDADE QUE VOCÊ PRECISA PARA LIMPAR E SECAR CADA CANTINHO COM MUITA EFICIÊNCIA.TAMANHO 60 CM. CABO DE MADEIRA MEDINDO 1.20 MTS. CAIXA COM 12 UNIDADE DO PRODUTO.	Cx.	100	199,44	19.944,00
81	RODO DE PIA UTILIDADE TOTALMENTE EM PLÁSTICO COM BORRACHA NA EXTREMIDADE SECAR COM MAIS EFICIÊNCIA	UND	100	4,16	416,00
82	SABÃO EM BARRA, NEUTRO, PRODUTO DESTINADO PARA LAVAGEM DE ROUPAS E LOUÇAS. COMPOSIÇÃO: SABÃO A BASE DE SÓDIO, EDTA, ÁCIDO ETILENOHIDROXI DIFOSFÔNICO, CLORETO DE SÓDIO, SULFATO DE SÓDIO, GLICERINA, FORMALDEÍDO, PERFUME, CORANTE E ÁGUA. PACOTE DE 1 KG, CONTENDO 05 UNIDADES DE 200 GRAMAS CADA. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	150	9,83	1.474,50
83	SABONETE EM BARRA NEUTRO, IDEAL PARA A HIGIENE DA PELE SENSÍVEL E COM OLEOSIDADE, O PRODUTO REMOVE A OLEOSIDADE, SUJEIRA E MAQUIAGEM SEM DEIXAR A PELE RESSECADA OU COM SENSAÇÃO DE REPUXAMENTO. ALÉM DE MANTER O PH DA PELE, PRESERVANDO A DEFESA NATURAL, O SABONETE NÃO É COMEDOGÊNICO, OU SEJA, NÃO PROVOCA CRAVOS – 90 GRAMAS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. PACOTE COM 12 UNIDADES DO PRODUTO.COM REGISTRO NA ANVISA	PCT.	100	72,60	7.260,00
84	SABONETE LÍQUIDO INFANTIL, NEUTRO, ANTISÉPTICO, UTILIZADO NA HIGIENIZAÇÃO DA PELE, FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, AROMAS DIVERSOS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM CONTENDO 250 ML CAIXA COM 12 UNIDADES. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	80	213,48	17.078,40
85	SABONETE LÍQUIDO COM DOSADOR CREMOSO, ANTI-SÉPTICO, UTILIZADO NA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL, AROMAS DIVERSOS, DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, EMBALAGEM CONTENDO 1 LITRO DO PRODUTO. COM REGISTRO NA ANVISA	UND	400	13,89	5.556,00
86	SABONETEIRA PORTA SABONETE PLÁSTICA, COM TAMPA DE GRADINHA E TAMPA DE PROTEÇÃO.	UND	100	4,85	485,00





	POSSUI GRADINHA PARA ESCORRER ÁGUA E TAMPA PARA PROTEÇÃO DO SABONETE. TAM: – 11CM COMPRIMENTO, –7,5CM LARGURA, –5CM ALTURA.				
87	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO 100 LITROS COR PRETO, DE ALTA QUALIDADE, EXCELENTE RESISTÊNCIA E ELASTICIDADE. IDEAL PARA USO DOMÉSTICA, DISTRIBUIDORES, CONDOMÍNIOS E COMÉRCIOS EM GERAL. – CAPACIDADE DE 100 LITROS – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, TAMANHO APROXIMADO 70 X 85 CM.	PCT.	500	24,99	12.495,00
88	SACO PLÁSTICO PARA LIXO 20 LITROS DE ALTA QUALIDADE, EXCELENTE RESISTÊNCIA E ELASTICIDADE. IDEAL PARA USO DOMÉSTICA, DISTRIBUIDORES, CONDOMÍNIOS E COMÉRCIOS EM GERAL. – CAPACIDADE DE 20 LITROS – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES TAMANHO APROXIMADO 40 X 55..	PCT.	200	10,66	2.132,00
89	SACO PLÁSTICO PARA LIXO REFORÇADO 50 LITROS COR PRETA. DE ALTA QUALIDADE, EXCELENTE RESISTÊNCIA E ELASTICIDADE. IDEAL PARA USO DOMÉSTICA, DISTRIBUIDORES, CONDOMÍNIOS E COMÉRCIOS EM GERAL. – CAPACIDADE DE 50 LITROS – EMBALAGEM COM 100 UNIDADES, TAMANHO APROXIMADO 50 X 60	PCT.	300	35,17	10.551,00
90	SACO PLÁSTICO BRANCO PRODUZIDOS COM MATÉRIA PRIMA 100% VIRGEM (POLÍMEROS) QUE GARANTE AO PRODUTO UMA VERSÃO MAIS LEVE E FLEXÍVEL. POR SER UM PRODUTO RESISTENTE E VERSÁTIL, OS SACOS PLÁSTICOS SÃO AMPLAMENTE UTILIZADOS NOS PROCESSOS DOS MAIS VARIADOS SEGMENTOS QUE VÃO DESDE OS TÓXICOS ATÉ OS ALIMENTÍCIOS, PASSANDO POR COMÉRCIOS E INDÚSTRIAS, TAIS COMO: INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA, METALÚRGICA, AUTOMOBILÍSTICA, TÊXTIL, GRÁFICA ENTRE MUITOS OUTROS. COMÉRCIOS EM GERAL COMO: REVENDAS, DISTRIBUIDORES, VESTUÁRIOS/ROUPAS, LABORATÓRIOS, ALIMENTOS EM GERAL, ARMAZÉNS EM GERAL, PRODUTOS DE LIMPEZA, HIGIENE PESSOAL, VIAGENS, INCLUSIVE NO USO DOMÉSTICO E ENTRE VÁRIOS OUTROS SEGMENTOS. TAMANHOS: PEQUENO, MÉDIO, GRANDE, SACOLÃO GIGANTE(BIG)	KG	200	20,66	4.132,00
91	SACO DE DINDIN COM 1.000 IND	PCT.	150	7,20	1.080,00
92	SHAMPOO INFANTIL FOI ESPECIALMENTE FORMULADO PARA LIMPAR OS CABELOS DELICADOS DAS CRIANÇAS DE MANEIRA SUAVE, EFICAZ E SEGURA., SEM CORANTE, QUE NÃO CAUSA ARDENCIA NOS OLHOS, ACONDICIONADO EM FRASCO CONTENDO 210 ML DO PRODUTO. CAIXA COM 12 UNIDADES.PODENDO SER USADO EM QUALQUER IDADE. COM REGISTRO NA ANVISA	Cx.	70	205,32	14.372,40
93	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA PARA COLOCAR ROLO DE PAPEL TOALHA NA PAREDE COR BRANCO,	UND	100	40,30	4.030,00





	ACESSÓRIOS E PRODUTOS PRÁTICOS PARA FACILITAR O DIA A DIA. FABRICADO EM AÇO CROMADO E PLÁSTICO, IRÁ FACILITAR O DESTAQUE DOS PEDAÇOS PICOTADOS DO PAPELO. PRODUTO É LEVE E COM UM DESIGN MODERNO, DEIXANDO SEU AMBIENTE MAIS PRÁTICO E ORGANIZADO.				
94	TESOURA PARA UNHAS INFANTIL ESPECIALMENTE DESENVOLVIDA PARA PROPORCIONAR MAIS HIGIENE E BEM-ESTAR AOS BEBÊS. FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, COM LÂMINA RETA E PONTA ARREDONDADA. INDICADA PARA TODAS AS IDADES	UND	100	9,06	906,00
95	TOALHA DE BANHO, MATERIAL 100% ALGODÃO, COR BRANCA, COMPRIMENTO 140 CM, LARGURA 70 CM, TECIDO FELPUDO.	UND	300	15,86	4.758,00
96	TOALHA DE ROSTO, MATERIAL 100% ALGODÃO, COR BRANCA, COMPRIMENTO 60 CM, LARGURA 40 CM,	UND	300	6,08	1.824,00
97	TOUCA DESCARTÁVEL – NYLON AS TOUCAS DE PROTEÇÃO CAPILAR SÃO UTILIZADAS NAS COZINHAS INDUSTRIAIS, PANIFICADORAS, INDÚSTRIA DE ALIMENTOS, REFEITÓRIOS E EM TODA ÁREA QUE NECESSITE PROTEÇÃO DOS CABELO. COM ELÁSTICO, NA COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADE, TAMANHO 45 X 50 CM.	PCT.	200	15,97	3.194,00
98	VASSOURA DE PALHA COM CABO DE MADEIRA PARA USO DOMÉSTICO, TIPO CAPIRA, PALHA COM 40 CM DE LARGURA E 50 CM DE COMPRIMENTO COM.	UND	200	19,11	3.822,00
99	VASSOURA DE PÊLO SINTETICO GRANDE, COM CERDAS SINTÉTICAS, LARGURA APROXIMADA DE 60 CM, PARA USO DOMÉSTICO, COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO 120 CM. CAIXA COM 12 UNIDADES DO PRODUTO.	Cx.	100	290,28	29.028,00
100	VASSOURA MATERIAL PÊLO SINTETICO, COM CERDAS SINTÉTICAS, LARGURA APROXIMADA DE 30 CM, PARA USO DOMÉSTICO, COMPRIMENTO APROXIMADO DO CABO 120 CM. CAIXA COM 12 UNIDADES DO PRODUTO.	Cx.	130	181,32	23.571,60
101	VASSOURA MATEERIAL: NYLON, PARA USO GERAL, COM BASE DE PLÁSTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20 CM, COM CERDAS DE NYLON E CABO DE MADEIRA ROSQUEÁVEL MEDINDO ENTRE 120 E 130 CENTÍMETROS, REVESTIDO EM PLÁSTICO. CAIXA COM 12 UNIDADES DO PRODUTO.	Cx.	150	190,32	28.548,00
				Total	1.275.729,60

3.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

3.2. Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;

3.3. Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;

3.4. Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;





- 3.5. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;
3.6. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato.

4.0.DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 4.1. Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
4.2. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
4.3. Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;
4.4. Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
4.5. Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
4.6. Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
4.7. Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
4.8. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
4.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
4.10. Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;
4.11. Outras obrigações estabelecidas e relacionadas na Minuta do Contrato.

5.0.DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

- 5.1. O prazo máximo de início do serviço desta dispensa de licitação eletrônica, que admite prorrogação por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, está abaixo indicado e será considerado da emissão Da Ordem de Compra/Serviço:

- 5.1. Entrega: **05 (cinco) dias úteis.**
5.2. A vigência do respectivo contrato será de 12 meses.

6.0.DO REAJUSTAMENTO

- 6.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.
6.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
6.8. O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.





6.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, prorrogável, justificadamente, por mais 30 (trinta) dias, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

7.0. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, contados do período de adimplemento.

7.2. O pagamento seguirá a ordem cronológica de apresentação e liquidação da nota fiscal para cada fonte diferenciada de recursos, quais sejam, fornecimento de bens, locações, prestações de serviços e realização de obras, salvo mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, exclusivamente nas situações previstas no art. 141, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3. Havendo controvérsia acerca da execução do objeto deste contrato quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa deverá ser paga no prazo previsto nesta cláusula.

7.4. Quando da liquidação da despesa, a contabilidade deverá comunicar aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores a serem pagos, especialmente no tocante à prestação de serviços, para fins de retenção do valor referente ao Imposto sobre Serviço (ISS).

8.0. DA COMPROVAÇÃO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e prazos para receber o seu objeto pelo ORC obedecerão, conforme o caso, às disposições do art. 140 da Lei 14.133/2021, bem como do art. 40 do Decreto Municipal 709/2021.

9.0. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO

9.1. Serão designados pelo Contratante representantes com atribuições de Gestor e Fiscal do contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de pertinentes a essas atribuições, nos termos destacados nos arts. 42, 42-A e 42-B do Decreto Municipal nº 709/2021.

10.0. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar informações falsas ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF do Governo Federal e de sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

10.2. A recusa injusta em deixar de cumprir as obrigações assumidas e preceitos legais, sujeitará o Contratado, garantida a prévia defesa, às seguintes penalidades previstas nos termos do art. 156 da Lei 14.133/2021: Advertência; Multa no valor de 5% (cinco por cento) do contrato licitado; Impedimento de licitar e contratar; Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3. Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

10.4. Após a aplicação de quaisquer das penalidades previstas, realizar-se-á comunicação escrita ao Contratado, e publicado na imprensa oficial, excluídas as penalidades de advertência e multa de mora quando for o caso, constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato será registrado e publicado no cadastro correspondente.

11.0. DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA

11.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do





IPCA–IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.0. DO MODELO DE PROPOSTA

12.1.É parte integrante deste Termo de Referência o modelo de proposta correspondente, podendo o licitante utiliza-lo como referência o Anexo 02 deste Edital.

Picuí - PB, 22 de Junho de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO JALLES DANTAS LIRA**
Data: 22/06/2026 09:14:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

ROBERTO JALLES DANTAS LIRA
Secretário de Administração

 Assinado de forma digital por
JOSE RANIERI SANTOS
FERREIRA:03196570436
Dados: 2026.06.22 10:33:32 -03'00'

JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA
Prefeito





ANEXO II

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260610PE00021

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 00021/2026, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

Em caso de divergência existente entre as especificações dos itens que compõem o objeto descrito no www.licitapicui.com.br e as especificações constantes deste Termo, prevalecerão as últimas.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1						
2						
3						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA - R\$

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE e CARGO:

ENDEREÇO e TELEFONE:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total **por item**, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.





ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260610PE00021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI - PB.
PROPONENTE
CNPJ

O proponente acima qualificado declara, sob as penas da lei:

- I) Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- II) Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- III) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- IV) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- V) Que a proposta foi elaborada de forma independente;
- VI) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- VII) Que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação e que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme anexo III.
- VIII) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- IX) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.
- X) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- XI) Que os preços serão fixos e irrevogáveis durante o prazo de validade da proposta.

Local e Data.
NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a declaração deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.





ANEXO IV

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260610PE00021

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .../.....

Aos ____ dias do mês de ____ de ____, na sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de Picuí - Prefeitura Municipal, Estado da Paraíba, localizada na Rua Antônio Firmino - Centro Administrativo - Monte Santo - Picuí - PB, nos termos da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº 709/2021, 893/2021 e 894/2021, bem como das demais normas legais aplicáveis, e, ainda, conforme a classificação da proposta apresentada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº/..... que objetiva **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, DE FORMA PARCELADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA**, nos seguintes termos:

Órgão e/ou entidade integrante da presente Ata de Registro de Preços: PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI - CNPJ nº 08.741.399/0001-73.

VENCEDOR:							
CNPJ:							
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	MODELO	UNID.	QUANT.	P.UNIT.	P.TOTAL
TOTAL							

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VALIDADE DOS PREÇOS:

A referida Ata de Registro de Preços terá a vigência de 1 (um) ano, considerados da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

A existência de preços registrados não obriga Município de Picuí - Prefeitura Municipal firmar contratações oriundas do Sistema de Registro de Preços ou nos quantitativos estimados, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, sem que caiba direito a recurso ou indenização.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A cada efetivação da contratação do objeto registrado decorrente desta Ata, devidamente formalizada através do respectivo Pedido de Compra, serão observadas as cláusulas e condições constantes do Edital de licitação que a precedeu, modalidade Pregão Eletrônico nº 00021/2026, parte integrante do presente instrumento de compromisso. A presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser utilizada:

Pelo Município(Prefeitura) de Picuí/PB, que também é o órgão gerenciador responsável pela administração e controle desta Ata, representada pela sua estrutura organizacional definida no respectivo orçamento programa.

Por órgãos ou entidades da administração pública, observadas as disposições do Pregão Eletrônico nº 00021/2026, que fizerem adesão a esta Ata, mediante a consulta e a anuência do órgão gerenciador.

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão;





Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes;

As aquisições ou as contratações adicionais mediante adesão à ata não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos lotes do instrumento convocatório e registrados na ata do registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes;

O quantitativo decorrente das adesões à ata não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada lote registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem;

Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata de registro de preços;

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

O usuário da ata, sempre que desejar efetivar a contratação do objeto registrado, fará através de solicitação ao gerenciador do sistema de registro de preços, mediante processo regular.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Integram esta Ata, o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026 e seus anexos, e as seguintes propostas vencedoras do referido certame:

-

Item(s):

Valor: R\$

-

Item(s):

Valor: R\$

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES GERAIS:

As condições gerais de fornecimento, tais como prazos de entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidade e demais condições do ajuste, encontram-se definidas no Edital e no seu Termo de Referência – Anexo I.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada no site oficial da Prefeitura Municipal de Picuí (www.picui.pb.gov.br) e no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), respeitado o disposto no art. 176 da Lei 14.133/2021.

Para dirimir as questões decorrentes da utilização da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Picuí-PB.

JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA
PREFEITO CONSTITUCIONAL

...





ANEXO V

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00021/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 260610PE00021

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº: _____/2026-SDC

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUI E _____, PARA FORNECIMENTO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado Prefeitura Municipal de Picuí - Centro Administrativo – Rua Antônio Firmino, 344 - Bloco "c", Monte Santo - Picuí - PB, CNPJ nº 08.741.399/0001-73, neste ato representada pelo Prefeito JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA, Brasileiro, Casado, Agroecólogo, residente e domiciliado na Rua Antônio Domingues, nº 12, Centro - Picuí - PB, CPF nº 031.965.704-36, Carteira de Identidade nº 2402587 SSDS/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado _____, CNPJ nº _____, neste ato representado por _____, residente e domiciliado na _____, CPF nº _____, Carteira de Identidade nº _____, doravante simplesmente CONTRATADO, decidiram as partes contratantes assinar o presente contrato, o qual se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

Este contrato decorre da licitação, Pregão Eletrônico nº 00021/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada pela autoridade superior, tem por objeto: **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, DE FORMA PARCELADA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA.**

O fornecimento deverá ser executado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, Processo Administrativo nº 260610PE00021, e instruções do Contratante, documentos esses que ficam fazendo partes integrantes do presente contrato, independente de transcrição; e será realizado na forma parcelada.

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	P. UNITÁRIO	P. TOTAL
1					
Total:					

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR E PREÇOS:

O valor total deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ (.....).

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.





Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, prorrogável, justificadamente, por mais 30 (trinta) dias, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:

As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente:

GABINETE DO PREFEITO		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
20100.04.122.1002.2002	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
20100.04.122.2001.2136	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
20200.04.122.1002.2004	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
20200.04.123.1002.2007	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
20500.20.122.2009.2010	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
20500.20.608.2018.2131	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
20600.12.122.2028.2094	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		571 Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
20600.12.361.2011.2021	3.3.90.30.00.00	550 Transferência do Salário-Educação
20600.12.361.2011.2082	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
		543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
		546 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI





		569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
20600.12.365.5000.5002	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		542 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT
		543 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR
		546 Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI
		569 Outras Transferências de Recursos do FNDE
20600.13.392.2008.2031	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
20600.27.812.2014.2032	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (SEC. SAÚDE)		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
20700.10.122.2023.2096	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
20700.10.301.2004.2034	3.3.90.30.00.00	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.301.2004.2078	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.301.2004.2080	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.301.5000.5008	3.3.90.30.00.00	600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.302.2005.2037	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.302.2005.2038	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.302.2005.2040	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.302.2005.2041	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde
20700.10.302.2005.2081	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		600 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde





		621 Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL)		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos
20800.08.122.2001.2055	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
		661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
20800.08.122.2013.2142	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
		660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
20800.08.241.2029.2103	3.3.90.30.00.00	501 Outros Recursos não Vinculados
		660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
20800.08.241.2029.2104	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
20800.08.241.2029.2133	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
20800.08.243.2016.2105	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
20800.08.243.2016.2085	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
20800.08.243.2016.2154	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
20800.08.243.5000.5010	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		501 Outros Recursos não Vinculados
		660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
20800.08.244.2001.2090	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
20800.08.244.2013.2145	3.3.90.30.00.00	660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
20800.08.245.2006.2140	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
		661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
20800.08.245.2013.2141	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
		660 Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS
		661 Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA		
Função Programática	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos





20900.15.452.1002.2064	3.3.90.30.00.00	500 Recursos não Vinculados de Impostos
------------------------	-----------------	---

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21; da seguinte maneira: Para ocorrer no prazo de 30(trinta) dias, contados do período de adimplemento.

O pagamento seguirá a ordem cronológica de apresentação e liquidação da nota fiscal para cada fonte diferenciada de recursos, quais sejam, fornecimento de bens, locações, prestações de serviços e realização de obras, salvo mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, exclusivamente nas situações previstas no art. 141, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

Havendo controvérsia acerca da execução do objeto deste contrato quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a parcela incontroversa deverá ser paga no prazo previsto nesta cláusula.

Quando da liquidação da despesa, a contabilidade deverá comunicar aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores a serem pagos, especialmente no tocante à prestação de serviços, para fins de retenção do valor referente ao Imposto sobre Serviço (ISS).

Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** na pendência de qualquer das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alterações de preços ou compensação financeira:

- a - Atesto de conformidade do serviço executado, devendo, para isso, ser apresentado relatório detalhado e demais elementos que registrem a quantidade e tipos de serviços executados;
- b - Comprovação da regularidade desta perante o Instituto Nacional de Seguridade Social, o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, a Fazenda Nacional (Receita Federal e Procuradoria de Fazenda Nacional) e as Fazendas Estadual e Municipal (do domicílio ou sede da **CONTRATADA**);
- c - Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos pela **CONTRATADA** perante a Justiça do Trabalho;
- d - Cumprimento de obrigação contratual.

O **CONTRATANTE** pode deduzir dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**, os valores correspondentes a multas ou indenizações aplicadas a esta nos termos deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA:

O prazo máximo de entrega do objeto ora contratado, que admite prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei 14.133/21, está abaixo indicado e será considerado da emissão do Pedido de Compra:

a - Entrega: **05 (cinco) dias úteis**.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, passando a vigor a partir da data da publicação do instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), de acordo com o Art. 105 e ss. da Lei 14.133/2021, prorrogável conforme previsto na legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a - Efetuar o pagamento relativo ao fornecimento efetivamente realizado, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;
- b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para o fiel fornecimento contratado;
- c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;
- d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;
- e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a - Executar devidamente o fornecimento descrito na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;
- b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;
- c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;





- d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;
- e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;
- g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;
- h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- i - Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;
- j - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21;
- k - Conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para os servidores do órgão ou entidade pública concedente (quando se tratar de recursos provenientes de convênios ou contrato de repasse) e dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO:

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21, bem como do art. 40 do Decreto Municipal 709/2021.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Por ocasião do recebimento provisório, na liquidação da despesa contratual, o contratado deverá apresentar a nota fiscal correspondente, acompanhada dos documentos exigíveis por ocasião da legislação ou deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:

O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; c – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; d – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de até três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.





Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula: $EM = N \times VP \times I$, onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (TX \div 100) \div 365$, sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES:

O município exercerá o controle das contratações nos termos destacados nos arts. 42, 42-A e 42-B do Decreto Municipal nº 709/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO:

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Picuí-PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02(duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Picuí-PB, _____ de _____ de _____.

JOSÉ RANIERI SANTOS FERREIRA
PREFEITO

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS: - 1 _____ - 2 _____

